



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681050 - SP (2021/0224393-2)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : JOAO DONIZETE ROSSINI E OUTRO
ADVOGADOS : MIRIANE PIMENTA DE MORAIS - SP245234
JOÃO DONIZETE ROSSINI - SP415310
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : G H V D
CORRÉU : H DA S R
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de G H V D em que se aponta como autoridade coatora Desembargador do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Instrumento n. 2147071-40.2021.8.26.0000).

O paciente foi apreendido e representado por suposta prática de atos infracionais análogos aos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 (fls. 30-35).

Formulado pedido de internação provisória do paciente pelo Ministério Público, não foi acolhido (fls. 88-89). O *Parquet* interpôs agravo de instrumento com pedido de liminar perante o Tribunal de origem, tendo o Desembargador relator deferido o pleito, a fim de determinar a internação provisória do paciente (fls. 27-29).

O impetrante sustenta a carência de motivação idônea da decisão que determinou a internação provisória do paciente, salientando que, "apesar da grave acusação que lhe é imputada, o paciente é primário, trabalha como menor aprendiz na construção civil, está regularmente matriculado na escola, reside com a mãe e um irmão mais velho (...) além do que existem claras circunstâncias que comprovam que os fatos ocorreram de forma diversa daquela noticiada nos autos" (fl. 5).

Afirma que a situação do paciente não se enquadra em nenhuma das hipóteses do rol taxativo de circunstâncias que autorizam a internação provisória (art. 112, I, da Lei n. 8.069/1990) e invoca a Súmula n. 492 desta Corte Superior de Justiça.

Pondera que "o ato de busca e apreensão realizada na residência do paciente não teve prévia autorização judicial, tampouco qualquer autorização dos moradores do

local", e que "não há nos autos qualquer evidência que configure os requisitos essenciais ao flagrante delito que autorizassem a invasão domiciliar" (fls. 15-16).

Requer, liminarmente, a suspensão da decisão impugnada. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja expedido contramandado de internação em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente